O CAMINHO DO CONSTRUTIVISMO: ATITUDES QUE DIFERENCIAM O ENSINO-APRENDIZAGEM

Ana Tereza Freitas Dos Santos
Heliana Dos Santos Ferreira
Maria Hortência Dos Santos
Terezinha Marcelina De Souza

RESUMO

A aprendizagem significativa visa relacionar as idéias do educando com o raciocínio apropriado a sua idéia mental. Excluindo a teoria de que só o professor tem razão e que se o aluno não pensar igual a ele, está cometendo um erro. Abordar o estudo do construtivismo requer uma compreensão da realidade do objeto que se pretende defender. Como existe uma diversidade de opiniões sobre o real conceito do tema abordado, detectar as prioridades a serem trabalhadas dentro da opção desejada é de fundamental importância. A base da teoria construtivista é sempre acrescentar a resposta correta a idéia do aluno, deixá-lo refletir, questionar e expor suas opiniões. Nunca privá-lo do direito de opinar sobre o assunto estudado. Em todas as instâncias nas quais educadores reúnem-se para discutir sobre a educação, parece haver um consenso de que a educação básica deveria visar fundamentalmente à preparação para o exercício da cidadania, cabendo à escola formar o aprendiz em conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade através de uma aprendizagem que seja significativa. A nosso ver, para que o discurso da aprendizagem significativa passe à ação, para que haja integridade entre o processo de ensino e aprendizagem, é preciso mais do que novas metodologias, recursos didáticos e tecnologia. Certamente a condição mais básica para que as mudanças efetivamente ocorram é a melhoria da formação e das condições de trabalho do professor.
Palavras chaves: Aprendizagem - significativa; construtivismo; conhecimento; desenvolvimento; conscientização.

INTRODUÇÃO

Em sala de aula observa-se muitas vezes práticas educativas que testemunham atitudes profundamente voltadas para uma postura autoritária do docente.

“Vou lhe dar zero se você não ficar quieto”... diz a professora da 4ª série do ensino fundamental. Tal atitude presente no cotidiano da sala de aula mostra claramente um paradoxo: a fragmentação da aprendizagem, onde estão presentes os pressupostos defendidos pelo construtivismo, onde se dá a valoração da aprendizagem.

Diante de tal atitude do professor sobre o erro do aluno, desenvolve-se e reforça-se uma compreensão culposa da vida, pois além de ser castigado por outros, muitas vezes ele sofre ainda com a autopunição. O educando não apenas sofre os castigos impostos de fora, aprende mecanismos e erros que atribui a

si mesmo.

LUCKESI, em sintonia com PIAGET afirma que, “ a aprendizagem não significativa está pontada no clima da culpa, castigo e medo, que tem sido em dos elementos da configuração da prática docente, é um dos fatores que impedem a escola e a sala de aula de serem um ambiente de alegria, satisfação e vida feliz”. (2003, 51).

Portanto essa visão do erro na prática escolar tem conduzido ao uso permanente do castigo como forma de correção e direção da aprendizagem, tomando a avaliação como suporte de decisão. Todavia, uma visão sadia possibilita sua utilização de forma construtivista.

Quando Piaget observava o desenvolvimento cognitivo de crianças em determinadas faixas etárias, ele concluiu que cada criança tem um raciocínio lógico adequado a sua idade, mudando a visão obsoleta do erro.

A aprendizagem significativa visa relacionar as idéias do educando com o raciocínio apropriado a sua idéia mental. Excluindo a teoria de que só o professor tem razão e que se o aluno não pensar igual a ele, está cometendo um erro.
De fato, a avaliação da aprendizagem deverá servir de suporte para a qualificação daquilo que acontece com o educando diante dos objetivos que se tem de tal modo que se pudesse verificar como agir para ajudá-lo a alcançar o que procura. (LUCKESI, 2003, p. 51).

Segundo o autor, avaliar a aprendizagem do aluno é muito mais que fazer exercícios escritos ou orais; fazer provas e trabalhos. É observar a maneira como o aluno aprende e se desenvolve, para assim elaborar conteúdos adequados a sua faixa etária.

Abordar o estudo do construtivismo requer uma compreensão da realidade do objeto que se pretende defender. Como existe uma diversidade de opiniões sobre o real conceito do tema abordado, detectar as prioridades a serem trabalhadas dentro da opção desejada é de fundamental importância.

Diante disso, o presente artigo propõe um estudo detalhado sobre a Aprendizagem Significativa e o Construtivismo e como o mesmo deve ser trabalhado em sala de aula, visando à conscientização do professor e de seus alunos.

O CAMINHO DO CONSTRUTIVISMO: ATITUDES QUE DIFERENCIAM O ENSINO-APRENDIZAGEM

Este artigo enfatiza a problemática da construção do conhecimento em sala de aula, tendo em vista que grande parte dos professores confundem o sentido do construtivismo e o comparam com a falta de correção dos erros ortográficos e dos deveres de casa nas séries iniciais do ensino fundamental, bem como o descontrole no comportamento dos alunos, por acreditarem que na teoria construtivista é proibido reclamar quando os alunos estão bagunçando.

A base da teoria construtivista é sempre acrescentar a resposta correta a idéia do aluno, deixá-lo

refletir, questionar e expor suas opiniões. Nunca privá-lo do direito de opinar sobre o assunto estudado. Pode-se citar como exemplo, um aluno da primeira série do ensino fundamental, que afirmou que o “sol tratava-se de uma mancha amarela que enfeita o céu”. Um professor construtivista apenas acrescenta: “que além de enfeitar o céu, o sol também ilumina e aquece a terra”. Enquanto que, na escola tradicional, a resposta do aluno estaria errada, pois ele não seguiu o livro.

Abordaremos agora, o *Ratio Studiorium*, um método de ensino elaborado pelos jesuítas no final do século XIV e que nos ajudará a compreendermos melhor o sentido da aprendizagem significativa.

Este método expandiu-se rapidamente por toda a Europa e regiões do Novo Mundo em fase de ocupação, tendo como principal objetivo levar a fé católica aos povos que habitavam este território, os jesuítas utilizaram-se deste método para catequizar, servindo duplamente aos interesses de colonizar e da Igreja contra-reformista.

O Ratio Studiorium foi pensado para ordenar as instituições de ensino de uma única maneira, com vistas a permitir uma formação uniforme a todos que freqüentassem os colégios da Ordem Jesuítica em qualquer lugar do mundo. Assim, seria a base comum que serviria de suporte do trabalho dos jesuítas. Em todos os lugares essas normas deveriam ser seguidas da maneira como estavam prescritas no documento, em coerência com os preceitos e os interesses da Igreja Católica.

O documento final publicado em 1559, intitulado *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu,* compõem-se de trinta conjuntos de regras detalhando a indicação da responsabilidade, do desempenho, da subordinação e do relacionamento dos membros da hierarquia, dos professores e dos alunos. Além de ser também um manual de organização e administração escolar. A metodologia é bastante pormenorizada, com a sugestão de processos didáticos para aquisição de conhecimento e incentivo pedagógico para assegurar e consolidar a formação do aluno.

Em todas as instâncias nas quais educadores reúnem-se para discutir sobre a educação, parece haver um consenso de que a educação básica deveria visar fundamentalmente à preparação para o exercício da cidadania, cabendo à escola formar o aprendiz em conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade através de uma aprendizagem que seja significativa. A despeito deste aparente consenso, em grande parte a realidade de nossas escolas continua dominada por uma concepção pedagógica tradicional, na qual se ensina uma grande quantidade de informações, geralmente tendo como base única e exclusivamente o programa do livro didático que servirão momentaneamente e serão descartadas após a prova, não chegando sequer a modificar as concepções espontâneas que os alunos trazem de seu cotidiano. É comum que os currículos escolares sejam organizados em torno de um conjunto de disciplinas nitidamente diferenciadas, dominadas por uma ritualização de procedimentos escolares muitas vezes obsoletos, cujos conteúdos se apóiam numa organização rigidamente estabelecida desconectada das experiências dos próprios aprendizes e na qual uma etapa é preparação para o seguinte.

De fato, a avaliação da aprendizagem deverá servir de suporte para a qualificação daquilo que acontece com o educando, diante dos objetivos que se tem de tal de modo que se pudesse verificar

como agir para ajudá-lo a alcançar o que procura. A avaliação não deverá ser fonte de decisão sobre o castigo, mas de decisão sobre os caminhos do crescimento sadio e feliz. (LUCKESI, 2003, p. 58)

A escola, organizada sob tal enfoque, carece de significado aos aprendizes, gera abandono, desmotivação e mesmo rebeldia que se manifesta, entre outras coisas, na agressividade dos alunos. A verdade é que ainda não estamos preparados para as diferenças individuais. Falamos sobre classes heterogêneas, sonhando com a homogeneidade e, como conseqüência mais direta, criamos a categoria dos atrasados, dos excluídos, dos imaturos. Tal cenário certamente passa distante da aprendizagem significativa, o que exige que essa aprendizagem seja vista como a compreensão de significados, relacionando-se às experiências anteriores e vivências pessoais dos alunos, permitindo a formulação de problemas desafiantes que incentivem o aprender mais.

Nesse sentido Perez Gómez, afirma que o “problema não é tanto como aprender, mas sim como construir a cultura da escola em virtude de sua função social e do significado que adquire como instituição dentro de uma comunidade social” (Gómez, 1998, p. 95).

A nosso ver, para que o discurso da aprendizagem significativa passe à ação, para que haja integridade entre o processo de ensino e aprendizagem, é preciso mais do que novas metodologias, recursos didáticos e tecnologia. Certamente a condição mais básica para que as mudanças efetivamente ocorram é a melhoria da formação e das condições de trabalho do professor.

É preciso levar em conta ainda que uma aprendizagem significativa não se relaciona apenas a aspectos cognitivos dos sujeitos envolvidos no processo, mas está também intimamente relacionada com suas referências pessoais, sociais e afetivas. Em uma perspectiva mais ampla da aprendizagem significativa podemos afirmar que a inteligência está acima de tudo, associada à capacidade de organizar comportamentos, descobrir valores, inventar projetos, solucionar problemas e analisá-los. Conceber a inteligência desse modo implica em pensá-la não como uma combinação apenas de competências.

Uma vez assumido que crianças e jovens de diferentes idades ou fases da escolaridade possuem necessidades diferentes, percebem as informações de modo diverso e assimilam noções e conceitos a partir de diferentes estruturas motivacionais e cognitivas, a função da escola passa a ser a de propiciar o desenvolvimento harmônico destas inteligências e usar os diferentes potenciais de inteligência dos alunos para fazer com que eles aprendam.

Modificar a perspectiva sobre o conhecimento e a inteligência na busca por uma aprendizagem significativa tem conseqüências diretas e profundas na concepção e organização da vida em aula, supondo um desafio didático que envolve muito mais do que novas estratégias didáticas. Requer uma mudança na concepção de todos os elementos que interferem e determinam à vida e o trabalho na aula, indicando novas lentes para contemplar os aprendizes, selecionar conteúdos de ensino e muito especialmente, a avaliação. Nesse sentido, a intenção de uma aprendizagem significativa, exige uma avaliação a favor do aprendiz, que contribua para torná-lo consciente de seus avanços e necessidades fazendo com que se sinta responsável por suas atitudes e sua aprendizagem.

A teoria do aprendizado significativo que tem exercido uma enorme influência na educação se baseia em um modelo construtivista dos processos cognitivos humanos.

“O aprendizado significativo acontece quando uma informação nova é adquirida mediante um esforço deliberado por parte do aprendiz em ligar a informação nova com conceitos ou proposições relevantes preexistentes em sua estrutura cognitiva”. (Ausubel et al. , 1980, p.159)

Para David Ausubel, psicólogo da aprendizagem, o principal no processo de ensino é que a aprendizagem seja significativa. Isto é, o material a ser aprendido precisa fazer algum sentido para o aluno. Isto acontece quando a nova informação “ancora-se” nos conceitos relevantes já existentes na estrutura cognitiva do aprendiz.

Para haver aprendizagem significativa é preciso haver duas condições:
a) O aluno precisa ter uma disposição para aprender; se o indivíduo quiser memorizar o material arbitrariamente e literalmente, então a aprendizagem será mecânica.
b) O material a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo, ou seja ele tem que ser logicamente e psicologicamente significativo; o significado lógico depende somente da natureza do material, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem. Cada aprendiz faz uma filtragem dos materiais que tem significado ou não pra si próprio.

Para Ausubel, a aprendizagem não necessita da motivação. Ela ocorre por si só. Para ele, quando se aprende algo, há uma satisfação inicial, que estimula que o ato pedagógico continue se desenvolvendo. O aspecto cognitivo é a sua maior preocupação. A motivação para ele é crescente no momento em que o aluno conhece os objetivos do ensino, que devem ser claros e relacionados com o imediato. Para ele, a motivação é a própria aprendizagem.

O caminho do Construtivismo como atitudes que diferenciam o ensino-aprendizagem é significativa porque expressa a idéia de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que especificamente o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social. O construtivismo propõe que o aluno participe ativamente do próprio aprendizado, mediante a experimentação, a pesquisa em grupo, o estímulo à dúvida e o desenvolvimento do raciocínio, entre outros procedimentos. Rejeita a apresentação de conhecimentos prontos ao estudante, como um prato feito, e utiliza de modo inovador técnicas tradicionais como, por exemplo, a memorização. Daí o termo “Construtivismo”, pelo qual se procura indicar que uma pessoa aprende melhor quando toma parte de forma direta na construção do conhecimento que adquire.

O psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) é o que pode se chamar de pioneiro do Construtivismo. Piaget demonstrou que a criança raciocina segundo estruturas lógicas próprias, que evoluem conforme faixas etárias definidas, e são diferentes da lógica madura do adulto. Por exemplo: se uma criança de 4 ou 5 anos de idade transforma uma bolinha de massa em uma salsicha. Ela conclui que a salsicha por ser comprida, contém mais massa do que a bolinha. Não se trata de um erro, como se julgava antes de Piaget, mas de um raciocínio apropriado a essa faixa etária.

O Construtivismo enfatiza a importância do erro não como um tropeço, mas como um trampolim na rota de aprendizagem. Os construtivistas reconhecem que o conflito cognitivo que leva as pessoas a um nível mais elevado de conhecimento e, por isso, recomendam aos educadores produzirem conflito cognitivo nos alunos, como uma forma de motivação no trabalho escolar.

Um dos principais objetivos da educação na opinião de Piaget é a construção da autonomia, tanto moral como intelectual do aluno. A escola deve ensinar de modo a levar o aluno à autonomia, à autoconfiança e à capacidade de decisão; ela não deve usar métodos nem apresentar um ambiente sócio-afetivo e intelectual que leve o aluno à submissão, à passividade e à dependência total do professor.

Tradicionalmente, o objetivo da escola tem sido o de levar o aluno a apresentar respostas certas, obter notas altas e repetir o que o professor ensina. Além disso, tem com freqüência criado um ambiente autoritário e coercitivo. Esse método leva o aluno à insegurança, ao medo de errar, à falta de confiança em seu pensamento.

A convivência com outras crianças, num ambiente onde lhes seja permitido trocar idéias, usar jogos, onde haja liberdade para cada um defender seus pontos de vista e onde os conflitos sejam solucionados democraticamente, irá contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos alunos.

“Autonomia e construtivismo como objetivos da educação fazem com que os educadores respeitem, entendam e confiem nas crianças” (BARROS; 1996, p. 108). A escola de hoje deveria ser um lugar onde as crianças aprendem o que é realmente significativo para elas: tudo aquilo que possam construir por meio de sua ação sobre o mundo, compartilhando sua experiência com sua professora e seus colegas. Nessa perspectiva, importam, sobretudo, os conteúdos dotados de atualidade e de sentido para a vida cotidiana e que transbordam as barreiras disciplinares.

Segundo Paulo Freire, “mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em que aprender é uma aventura criadora de algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada”. (1996, p. 69)

Assim, o aluno é visto como um ser em permanente construção, o que se verifica mediante sua ação sobre o mundo. Toda experiência de aprendizagem é resultante da construção do indivíduo na sua relação com o mundo, incluindo aí é claro, sua relação com outras pessoas. Da mesma forma o professor entende que seu principal papel é ajudar o aluno a construir seus conhecimentos, sendo necessário para tanto, que ele também se disponha a construir os seus próprios conceitos, desconfiando dos conteúdos e saberes já acumulados até então, que perdem sentido na medida em que não mais estão orientados pelo e para o aprendizado de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pedagogias construtivistas ou pedagogias psicológicas contemporâneas são a face pedagógica de um processo de reforma educacional em curso no Brasil e em outros países do mundo ocidental. Trata-

se de um conjunto de idéias sobre o qual se estabelecem consensos acerca de como deve ser realizada a educação, constitui um ideário pedagógico sobre como deve ser a escola, como deve agir o professor e quais princípios devem orientá-lo.
A escola construtivista, contudo, não parece estar sempre atenta à outra condição da criança, a que se refere à sua preparação para um mundo que lhe é estranho, que existia antes dela e que precisa continuar existindo. Para tanto, exige-se da criança que entre em contato com o sentido da universalidade, o que não pode ser realizado apenas garantindo o desenvolvimento de suas potencialidades individuais. No construtivismo, o professor busca dar autonomia ao aluno, transformá-lo em um ser pensante, com idéias próprias e com sede de aprender. O professor não é dono do saber, mas um orientador, um incentivador, um viabilizador do processo ensino-aprendizagem, um desequilibrador, provocador de situações problemáticas, de conflitos cognitivos, um regulador destes conflitos.

Segundo Ribeiro e Pinto, Construtivismo não é um método, é uma teoria que embasa o professor para uma prática pedagógica inovadora, criativa, que leve o aluno a construir o conhecimento, a sua autonomia moral e intelectual. É aplicado em todos os níveis de ensino, do maternal ao 3º grau e presta-se a todos os tipos de alunos. (p. 15)
Para a alfabetização ter sentido, ser um processo interativo, a escola tem que trabalhar com o contexto da criança com histórias e com intervenções das próprias crianças que podem “engolir” palavras, desde que essas palavras ou histórias façam algum sentido para elas. Os “erros” das crianças podem ser trabalhados, ao contrário do que a maioria das escolas pensam, esses erros demonstram uma construção e, com o tempo vão diminuindo, pois as crianças começam a se preocupar com outras coisas que não se preocupavam antes, pois estavam apenas descobrindo a escrita.

O fato de a criança aprender a ler e a escrever, lendo e escrevendo, mesmo sem saber fazer isso, é um desses princípios. Nas escolas verdadeiramente construtivistas, os alunos se alfabetizam participando de práticas sociais de leitura e escrita. Ou seja, cabe ao professor organizar atividades que favoreçam a reflexão da criança sobre a escrita, porque é pensando que ela aprende.

Tradicionalmente, uma das tarefas do professor é a avaliação do rendimento escolar, a correção dos “erros” feitos pelos alunos. O construtivismo exige de nós, pedagogos a reflexão sobre o papel da avaliação, sobre a nossa visão do erro e do acerto. O professor não deve ficar alheio e inerte as idéias de seus alunos, pelo contrário, deve buscar soluções para os problemas apresentados.
Segundo MORIN, “o conhecimento sob forma de palavra, de idéia, de teoria é fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro”.(1921, p. 20)

O construtivismo nos mostra que a investigação do processo de aprendizagem é mais produtiva do que a mera observação de seu resultado.

É oportuno lembrar que o construtivismo não é um método de ensino. Construtivismo se refere ao processo de aprendizagem como alguém que conhece e que o conhecimento é algo que se constrói pela ação desse sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, DP et all. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: 1980. Editora Interamericano.
BARROS, Célia Silva Guimarães. Psicologia e construtivismo. São Paulo: Editora Ática, 1996.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 30ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura)
J.G. e PÉREZ GÓMEZ, A.I. Compreender e transformar o ensino. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários a educação do futuro. 8ed. São Paulo: Cortez, 2003.
RIBEIRO, Lourdes E; PINTO, Gerusa R. O real do construtivismo, práticas pedagógicas e experiências inovadoras. 5ed. Belo Horizonte: Editora FAPI